

6

Em busca de uma nova forma de olhar a política.

“La complessità è l’ideale del Guicciardini”. (Gennaro Sasso. *Guicciardini e Machiavelli*, p.29).

No dia 29 de janeiro de 1512, Guicciardini parte para sua primeira missão oficial a serviço da República florentina: a embaixada na Espanha.¹ Sua nomeação não deixou de causar surpresas: tratava-se de um jovem de 29 anos, inexperiente; ao mesmo tempo, o encargo era grandioso, uma vez que pela corte espanhola passavam as principais decisões relativas ao futuro de diversos estados italianos naquele início de século.² Desde garoto Guicciardini almejava a glória pública, tendo sido apelidado por seus colegas de infância de Alcebíades, por conta de sua precoce ambição.³ Como afirma Roberto Ridolfi, sua juventude teria sido marcada pelo “signo da política”, verdadeira aptidão familiar; já no início do século XIV, quando sua família se consolida como uma das principais estirpes florentinas, os Guicciardini desempenhavam posições de destaque na cidade.⁴ Basta lembrar o início da *Storie Fiorentine*: “em 1378, sendo *gonfaloniere di giustizia* Luigi Guicciardini”. Seu pai, Piero, fora um dos homens mais admirados por Lorenzo de’ Medici, ainda que pouco tenha participado da vida pública; reconhecido pela prudência e sabedoria, aluno de Marsílio Ficino – que viria a ser padrinho de batismo de Francesco –, Piero Guicciardini foi um típico humanista do período mediceu: voltado à contemplação e ao estudo da filosofia platônica, a política não lhe parecia tão aprazível.⁵ Francesco, seu terceiro filho, amava o pai acima de tudo; ainda assim, o teria reprovado algumas vezes por conta de seu desinteresse acerca dos assuntos da cidade, incompreensível para o rapaz que ambicionava desde sempre às mais altas honras republicanas.

¹ Cf. RIDOLFI, R. *The life of Francesco Guicciardini*, p.27.

² Afirma Ridolfi que se tratava de uma “embassy not purely formal but of absolutely vital importance at a time of the utmost danger for the Republic”. *Ibid.*, p. 23.

³ *Ibid.*, p. 6.

⁴ *Ibid.*, p.2.

⁵ Piero Guicciardini ocupou alguns cargos importantes, tendo sido nomeado algumas vezes embaixador, e participado outras vezes de cargos diretivos. Suas recusas, porém, eram conhecidas na cidade; convence-lo a ocupar um cargo público era tarefa árdua. Por conta de sua reconhecida sabedoria, e de seu bom trânsito entre diversas famílias florentinas, suas ligações com os Medici não pesaram contra ele em 1494; ao contrário, seu nome foi um dos primeiros escolhidos para o governo da República, após a expulsão de Piero de’ Médici. Cf. RIDOLFI, R. *Ibid.*, p. 12.

Assim, podemos compreender a euforia que tomou conta de Francesco ao ser nomeado pelo Conselho dos Dez, aos 29 anos, para uma missão tão importante. Sua estadia em terras espanholas durou aproximadamente dois anos. De lá, Guicciardini recebeu a notícia da queda da República e do retorno dos Medici a Florença, em novembro de 1512. O período em que permaneceu no exterior marcou profundamente sua vida, tendo sido fundamental para o desenvolvimento de muitos dos elementos centrais que caracterizarão seu discurso político.⁶ Na *Relazione di Spagna*, escrita nesta ocasião, Guicciardini demonstra um olhar agudo para as especificidades espanholas; seus juízos, contudo, nem sempre eram positivos: tratava-se de um povo indolente, que levava ao extremo a idéia de honra,⁷ desapegado ao trabalho manual,⁸ desconhecedor da língua latina e pouco interessado nas letras;⁹ ademais, não sabiam, segundo ele, cultivar corretamente suas próprias terras, mantendo-se pobres por essa razão.¹⁰

Neste mesmo texto, Guicciardini relata seus encontros com Fernando de Aragão, rei de Espanha; se os juízos formulados acerca do povo espanhol não eram os melhores, quando se tratava do monarca o escritor florentino reservava tão somente palavras elogiosas. Definido na *Relazione* como *prudentissimo* e *secretissimo*, dono de virtudes singulares que o ajudavam na condução de seu reinado, Fernando é descrito como detentor de inúmeras qualidades: paciência, ordenação, capacidade de centralizar sem demonstrar autoritarismo, etc.¹¹ Ademais, teria conseguido unir um povo dividido, estabelecendo uma boa forma

⁶ Gennaro Maria Barbuto afirma que “la legazione in Spagna, in tale occasione, rappresentò un viatico tortuoso e decisivo all’aprendisato guicciardiniano alla ‘bottega’ della politica”. Cf. BARBUTO, G.M., *La politica dopo la tempesta. Ordine e crisi nel pensiero di Francesco Guicciardini*, p. 65.

⁷ *Relazione di Spagna*, p.29. “...e nelle arme stimano molto lo onore, in modo che per non maculare, universalmente non curano la morte”.

⁸ *Ibid.*, p.30. “Sono tenuti uomini sottili ed astuti, e nondimeno non vagliono in nessuna arte o meccanica o liberale; quase tutti li artefici che sono in corte del re sono franzesi o di altre nazione. Così non si danno alle mercatantie, che lo stimano vergogna, ché tutti hanno nel capo uno fummo di fidalgo”.

⁹ *Ibid.*, p.31. “Non sono vilti alle lettere, e non si truova né nella nobilita [né] negli altri, notizia alcuna, o molto piccola ed in pochi, di lingua latina”.

¹⁰ *Idem.* “La povertà vi è grande, e credo proceda non tanto per la qualità del paese, quanto per la natura loro di non si volere dare agli esercizi”.

¹¹ *Ibid.*, p.37. “Le opere che gli ha fatte, le parole, e’modi, e la opinione commune che ne è, mostrano che sia uomo molto savio: è secretissimo, né conferisce le cose che importano se non per necessita; non potria essere più paziente; vive com ordine grande e con quello va dividiendo el tempo; tutte le cose o grande o minime del regno suo vuole intendere lui e passano per sua mano, e beché mostri di intendere volentieri e’ pareri di ognuno, lui è quello che da sé risolve e dispone el tutto”.

de governo, liberando a Espanha “de sua servidão e infâmia antiga”.¹² O monarca espanhol possuía também um grande dom de persuasão, mostrando-se hábil no convencimento de cortesãos e populares acerca da viabilidade de seus projetos. Afirma Guicciardini, em uma das máximas dos *Ricordi*:

“Quando era embaixador em Espanha, observei que o rei católico Dom Fernando de Aragão, príncipe poderosíssimo e prudentíssimo, quando queria fazer um empreendimento novo ou deliberação de grande importância, muitas vezes procedia de tal sorte que, antes que se descobrisse o seu pensamento, toda a corte e os povos desejavam e exclamavam: o rei deveria fazer isto; de maneira que ao descobrirem a sua deliberação quando esta já era desejada e solicitada, era incrível a aceitação e o favor com que a recebiam seus súditos nos seus reinos”. (*Ricordi*, #77).¹³

Nos diversos encontros que teve com o rei, o embaixador jamais se mostrou capaz de supor as reais intenções que jaziam em seu interlocutor: tratava-se de uma verdadeira raposa política, um monarca capaz de pensar com antecedência, de prever os movimentos de seus principais rivais, de agradar ao povo e aos aliados, sem contudo abrir mão de sua autoridade.¹⁴ Em carta enviada a seu pai no dia 4 de maio de 1512, Guicciardini traça um pequeno retrato de Fernando: “penso ser muito útil para a cidade [Florença] permanecer aliada a este rei, mas não sei se é adequado jogar-se inteiramente em seus braços. (...) você não deve supor que suas declarações de amizade e lealdade o farão ir em sua ajuda quando você precisar, ao menos que seja de seu interesse”.¹⁵ Sua capacidade de dissimular e fingir era infinita, e o rei usava todos os artifícios que possuía para alcançar seus objetivos.¹⁶

Estas habilidades do monarca impressionaram bastante ao jovem embaixador. Em terras espanholas, os princípios ciceronianos do bom governo não possuíam qualquer valia; o que estava em jogo era a manutenção do estado e a incorporação de novos domínios, e para isso o rei não media esforços. Agindo

¹² Ibid., p.36. “Ordinate le cose de’ loro stati propri, e ridotta la Spagna in una fuorza e buono governo, e liberata da quella sua servitù ed infâmia antica...”.

¹³ Utilizo a tradução de Sergio Mauro.

¹⁴ Estes juízos estão presentes em diversas cartas de Guicciardini aos seus familiares. Cf. RIDOLFI, R. *op. cit.*, pp. 27-46.

¹⁵ Apud. Roberto Ridolfi. Ibid., p.43.

¹⁶ Cf. BARBUTO, G.M., *op. cit.*, p.73.

desta maneira, Fernando conseguira levar a Espanha a uma posição de destaque no cenário político europeu, tornando a “magnífica” Florença mero joguete em suas mãos. Roberto Ridolfi afirma que a embaixada espanhola rendeu ao escritor florentino grande experiência, sobretudo pelo contato com o monarca, conhecedor de todas as artimanhas necessárias para a condução de um estado: “aquele rei, como Guicciardini, circunspeto e parcimonioso, sagaz e dissimulado, que com poucas tropas e não muito dinheiro havia vencido a guerra recente e aumentado seu território, causou uma profunda impressão no jovem embaixador”.¹⁷ E acrescenta que, nos *Ricordi*, a experiência espanhola é sempre mencionada.¹⁸ Também Federico Chabod destaca a importância desta viagem, haja vista a “experiência que as coisas da Espanha exerceu sobre seu pensamento”.¹⁹

Antes de redigir a *Relazione*, texto que reflete as impressões causadas na estadia junto à corte de Fernando, Guicciardini escreveu um pequeno texto político, ainda nos primeiros meses de sua missão: trata-se do *Discorso di Logrogno*, texto em que podemos notar uma mudança substancial de perspectiva analítica em relação à *Storie Fiorentine*, deixada de lado após a notícia da viagem para a Espanha. Se nesta obra, como vimos, o autor se preocupava com a busca, no passado da cidade, de um modelo capaz de nortear a reforma necessária de suas instituições, no texto de 1512 Guicciardini se ocupa com a análise “efetiva” das causas da degradação republicana, e propõe soluções particulares que fossem capazes de resolver os problema específicos que afligiam a cidade. Trata-se, como sustenta Athanasios Moulakis, de uma nova forma de tratar a política, calcada na “análise funcional dos processos políticos e instituições, consideradas em suas relações sistemáticas com as forças sociais”.²⁰ Praticamente contemporâneo do *Príncipe* de Maquiavel, ligeiramente anterior,²¹ o *Discorso di Logrogno* assinala,

¹⁷ RIDOLFI, R. *op. cit.*, p. 44. “That King, like Guicciardini, circumspect and parcimonious, sagacious and dissimulating, who with few troops and not much money had won the recent war and increased his territory, made a deep impression on the young ambassador”.

¹⁸ Idem.

¹⁹ CHABOD, F. “Francesco Guicciardini”. In: *Escritos sobre el Renacimiento*, p.194. “Fue un acontecimiento decisivo para la vida del Guicciardini, sobre todo por la influencia que la experiencia de las cosas de España ejerció sobre su pensamiento”.

²⁰ MOULAKIS, A. “Civic humanism, realist constitutionalism, and Francesco Guicciardini’s *Discorso di Logrogno*”. In: HANKINS, J. *Renaissance Civic Humanism*, p.201. “What emerged in connection with these mutations, and was reduced to theoretical form by Guicciardini, was a considered constitutional project based on a functional analysis of political process and institutions considered in their systematic relation to social forces”.

²¹ O intervalo é de poucos meses. O texto de Guicciardini é de 1512, e o de Maquiavel, de 1513.

juntamente com o pequeno livro de seu amigo, uma mudança substancial na forma de pensar os fenômenos políticos: trata-se da observação da “verità effettuale della cosa”,²² ou, em sua formulação guicciardiniana, da “natura delle cose in verità”.²³

Felix Gilbert assinala que o *Discorso di Logrogno* marca um novo ponto de partida na história do pensamento político;²⁴ Maurizio Viroli destaca o aspecto revolucionário desse texto, ainda que se trate de uma “revolução submersa”, uma vez que, com exceção da *Storia d’Italia* e dos *Ricordi*, as obras de Guicciardini só foram descobertas no século XIX.²⁵ Este novo olhar para a política implicava a inclusão de novos horizontes, novas perspectivas analíticas, que representavam o abandono de boa parte das reflexões e considerações estabelecidas na *Storie Fiorentine*.²⁶ Durante a embaixada, Guicciardini toma contato com o que Viroli chama de *arte dello stato* – conhecimento dos meios (e habilidade ao aplicá-los) necessários à preservação e aumento das possessões principescas ou republicanas.²⁷ A Espanha poderia ser considerada como o *stato* de Fernando, assim como Florença já havia sido o *stato* dos Medici; quando existe o domínio de um monarca, de uma família ou de um grupo sobre o restante da população alijada dos negócios públicos, essa preponderância só pode ser assegurada pela violência: daí a preocupação central com a manutenção do estado, o *mantenere lo stato* celebrizado por Maquiavel, que visa tão somente à preservação do poder interno e aumento da influência externa. A arte do estado opõe-se, nesse sentido, à arte do bom governo em moldes ciceronianos, uma vez que esta tradição relacionava diretamente a forma republicana à possibilidade de concretização da concórdia, justiça, harmonia e liberdade, através da condução virtuosa dos negócios públicos por seus governantes. Afirma Viroli: “por mais estranho que isso possa soar para nós, o contraste entre o *stato* de alguém e a República era um componente fundamental da linguagem da política da Itália da época moderna”.²⁸

²² MACHIAVELLI, N. *Il Principe*, cap. XV, p.61.

²³ Cf. FOURNEL, J.L. e ZANCARINI, J.C. *La politique de l’expérience. Savonarole, Guicciardini et le républicanisme florentin*, p. 26. Neste livro, os autores estabelecem esta comparação, entre a famosíssima passagem do Príncipe e a passagem do *Dialogo del reggimento di Firenze*.

²⁴ Cf. GILBERT, F. *Machiavelli and Guicciardini*, p.28. “Guicciardini’s opinions, rejecting the suppositions on which the republican regime had been founded, pointed towards a new departure in political thinking”.

²⁵ Apud MOULAKIS, A. *op. cit.*, p. 200.

²⁶ Gennaro Sasso nota a mudança de perspectiva entre o *Discorso di Logrogno* e a precedente *Storie Fiorentine*. Cf. SASSO, G. “Guicciardini e Machiavelli”, p. 41.

²⁷ Cf. VIROLI, M. *From politics to reason of state*, p.2.

²⁸ *Ibid.*, p.3. “However odd as it may sound to us, the contrast between the state of somebody, and republic, was a fundamental component of the language of politics in early modern Italy”.

A arte do estado será uma das grandes paixões de Guicciardini ao longo de sua vida. Após retornar de sua missão (em janeiro de 1514), é nomeado, sob a autoridade dos Medici, para um cargo diretivo da maior importância na cidade: a *signoria*. Seu caminho parecia estar traçado, e o gonfalonierato de justiça – função mais alta a qual um “cidadão privado” poderia almejar no contexto florentino – era uma questão de tempo.²⁹ A carreira de Guicciardini sofre uma guinada, porém, quando é escolhido por Leão X, o papa Medici, para governar a cidade de Modena, uma possessão eclesiástica que passava por crises e contestações ao domínio papal. Iniciava-se assim uma longa jornada a serviço dos cardeais, tão criticados por Guicciardini por sua “ambição, avareza e languidez”: em famosa máxima, ele chega a afirmar que “o fato de ter colaborado com vários pontífices levou-me a amar, no meu próprio interesse, a grandeza deles; e se não fosse esse respeito, teria amado a Martin Lutero como a mim mesmo: não para libertar-me das leis induzidas pela religião cristã da maneira que é interpretada e compreendida comumente, mas para ver esta caterva de celerados reduzida aos devidos termos, isto é, a ficar sem vícios ou sem autoridade”.³⁰

A carreira a serviço de Roma jamais fora planejada por Guicciardini: seu objetivo, desde garoto, era participar ativamente da condução da República florentina, contribuindo para a manutenção dos princípios do bom governo em sua cidade natal. Para isso preparou-se, estudou direito, praticou sua profissão, e tornou-se embaixador precocemente: educou-se para desenvolver as virtudes que, aliadas à nobreza familiar e à sua própria disposição natural para a política, o tornariam apto ao exercício das mais importantes honras as quais alguém poderia almejar em Florença.³¹ A *Fortuna*, porém, lhe destinou uma outra missão, se não tão grandiosa, ao menos importantíssima no contexto europeu: o trabalho a serviço dos papas Medici – Leão X e Clemente VII. Guicciardini governou as

²⁹ Guicciardini experimentou, nos anos de 1514 e 1515, rápida ascensão no governo do *stato* dos Medici: foi nomeado um dos Oito e, no ano seguinte, ocupou um cargo na *signoria*. O jovem Lorenzo, que então comandava a cidade, não nutria grandes simpatias por Guicciardini, e por esta razão suas portas ficaram fechadas na cidade. Sua escolha para trabalhar junto ao papa como governador de Modena, em 1516, foi fundamental, em um momento em que Guicciardini pensava em exercer novamente a advocacia. Cf. RIDOLFI, R. *op. cit.*, pp.47-56.

³⁰ *Ricordi*, #28.

³¹ Guicciardini insiste que a prudência natural vale pouco sem a experiência nos assuntos práticos: “Que ninguém confie tanto na prudência natural ao ponto de persuadir-se de que esta basta sem a experiência como acessório, porque todos os que lidaram com negócios, ainda que prudentíssimos, puderam verificar que com a experiência se chega a fazer muitas coisas, o que não é possível apenas com o talento natural”. *Ricordi*, #10.

províncias de Reggio, Modena, Parma e Bologna, além de ter sido presidente da Romagna. Ao atuar como governador, exercendo a arte de *mantenere lo stato*, ele aprimorou seus conhecimentos, adquiriu experiência, e se tornou reconhecidamente um perito na preservação do *stato* de seus senhores.

Maurizio Viroli afirma que Guicciardini, ainda mais que Maquiavel, deve ser considerado como símbolo de uma época que presenciou a transição da arte do bom governo para a idéia de razão de estado.³² No *Dialogo del Reggimento di Firenze*, obra de 1521-6, a expressão “razões de estado” é utilizada, no sentido de uma “razão instrumental”, com vistas à preservação de um domínio pela força.³³ “Porém, quando falei em matar ou manter os pisanos prisioneiros, não falei porventura como cristão, mas falei segundo as razões e práticas dos estados [*la ragioni e uso degli stati*].”³⁴ Viroli afirma que, ao utilizar este termo, “Guicciardini pretendeu criticar a linguagem convencional da política, ao defender a necessidade de práticas até então percebidas como repugnantes à razão. Ele finalmente pretendeu justificar o estado como produto da mera força, e absolver a sua arte, a arte do estado”.³⁵ Ao mesmo tempo em que reconhece o lado “convencionalista” de Guicciardini, Viroli destaca que, em muitas de suas obras, os princípios do bom governo estavam presentes, gerando uma tensão entre seus valores “ottimati” – aqueles do republicanismo clássico – e sua prática política, a serviço dos Medici e da Igreja: “Francesco Guicciardini (...) defendia a necessidade de integrar a arte da república com a arte do estado – como fez seu amigo Maquiavel –, mas também defendeu uma interpretação convencional da arte do estado. Muito mais que Maquiavel, ele pode ser considerado o *símbolo de uma época de transição*: por toda a sua vida ele permaneceu conectado às idéias

³² Cf. VIROLI, M. *op. cit.*, p. 178. “Francesco Guicciardini may be regarded with Machiavelli as the symbol of the epoch of transition from the language of politics to that of reason of state”.

³³ Cf. STOLLEI, M. “L’idée de la raison d’état de Friedrich Meinecke et la recherche actuelle”. In: ZARKA, Y., *Philosophie politique et raison d’état*, p.23, sustenta que “l’occurrence de l’expression chez Guicciardini (vers 1523) n’est pas une curiosité fortuite que l’on pourrait négliger, mais um million important de toute une chaîne de témoignages”.

³⁴ *Dialogo del Reggimento di Firenze*, II, p.231. “Però quando io ho detto di ammazzare o tenere prigioneri e’ pisani, non ho forse parlato cristianamente, ma ho parlato secondo la ragione e uso degli stati”.

³⁵ VIROLI, M. *op. cit.*, p.7. “In putting the term ‘reason of the states’ in the mouth of his spokesman in the *Dialogo del Reggimento*, Guicciardini intended to criticize the conventional languages of politics, and advocate the necessity of practice hitherto regarded as repugnant to reason. He ultimately meant to justify the state as a product of mere force, and to absolve its art, the art of state”.

de civilidade, e ainda assim foi o criador do conceito de razão de estado”.³⁶ Se neste trecho Viroli sustenta que Guicciardini defendia uma integração entre a arte do estado e a arte do bom governo, em seu capítulo dedicado ao escritor florentino no livro *From Politics to Reason of State*, Viroli caminha em direção oposta: arte do estado e arte da república (ou arte do bom governo) são tratadas como procedimentos inconciliáveis. Assim, o *Discorso di Logrogno* marcaria o compromisso do autor com a filosofia civil da República;³⁷ já no discurso *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Medici*, escrito em 1513 – logo, poucos meses após o *Discorso di Logrogno*, terminado poucos dias antes da queda da República de 1494 –, o autor aconselharia os Medici a preservarem seu *stato*, “de uma maneira”, diz Viroli, “que resultaria na dissolução da cidade e do bom governo em uma tirania pobremente disfarçada”.³⁸ Assim, haveria uma mudança radical de posição em poucos meses:

“Ao passo que no *Discorso di Logrogno* ele descreve como mau governo a prática de excluir um componente do corpo de cidadãos das honras públicas e recompensar outros nos termos de serviços privados ao invés da virtude, alguns meses depois ele recomendava a mesma política como a mais eficiente para os Medici assegurarem seu *stato*”. (Maurizio Viroli. *From politics to reason of state*, p.182).³⁹

Esta dicotomia entre duas perspectivas marcaria ainda, segundo Viroli, as demais obras de Guicciardini: o autor revelaria, assim, um “grande talento em passar da linguagem da filosofia civil àquela da arte do estado”.⁴⁰ No Discurso de 1515 – *Del modo di assicurare lo stato alla casa de' Medici* –, a perspectiva

³⁶ Ibid., p.9. “Francesco Guicciardini (...) advocated the necessity of integrating the art of the republic with the art of state – as his friend Machiavelli did – but also championed a conventional interpretation of the art of the state. Much more than Machiavelli, he may be regarded as the symbol of a transitional epoch: throughout his life he remained attached to the ideals of civility, and yet was the creator of the concept of reason of state”.

³⁷ Ibid., p.180. “In his earlier writings Guicciardini shared the commitment of civil philosophy that a corrupted city may be reformed and that we must indeed devote our best energies to this noble goal”

³⁸ Ibid., p.181. “this time, he was advising the Medici about how to preserve *their* state in a way that amounted to the dissolution of the city and the good government into a poorly disguised tyranny”.

³⁹ “Whereas in the *Discorso di Logrogno* he describes as bad government the practice of excluding a component of the citizenry from public honors and rewarding others on the ground of private services instead of virtue, a few months later he was recommending the same policies as the most efficient means for the Medici to secure their *stato*”.

⁴⁰ Ibid., p.184. “Guicciardini reveals a remarkable talent in shifting from the language civil philosophy to that of the art of state”.

adotada seria claramente a da arte do estado;⁴¹ no *Dialogo del Reggimento di Firenze*, Guicciardini alternaria a arte do bom governo – que visaria à glória eterna da República – e a arte do estado – necessária para assegurar o *stato* por um período determinado.

Em suas considerações sobre o *Dialogo*, Viroli se aproxima do propósito aventado na introdução de seu livro, a saber, a demonstração da integração entre arte do estado e arte da República em Guicciardini: “Aqui, a arte do estado é evocada como um corretivo à inclinação da filosofia civil em supor uma crença moral unilateral que levaria a um fracasso completo”;⁴² assim, “Guicciardini não estava glorificando a arte do estado. Ele simplesmente apontava que esta era inescapável”.⁴³ As análises de Viroli, porém, permanecem centradas na dicotomia, e em nenhum momento ele indica os mecanismos teóricos que possibilitariam esta conciliação. No livro II do *Dialogo*, o “contraste entre a filosofia civil e a arte do estado” ocuparia a maior parte do texto.⁴⁴ o ideal da política, defendido por Caponi, Soderini e Piero Guicciardini seria a todo o momento contraposto aos princípios da arte do estado sustentados por Bernardo del Nero.⁴⁵ Assim, ao concluir que, no caso do *Dialogo*, o “filósofo civil deve aprender a arte do estado se quiser que a república seja algo mais que uma vã especulação ou exercício retórico”,⁴⁶ Viroli não indica de que maneira pode se dar essa complementaridade, uma vez que, em seus argumentos, arte do estado e arte do bom governo permanecem inconciliáveis. Ainda assim, suas reflexões são bastante pertinentes,

⁴¹ Ibid., p.183. “Compared with the *Discorso di Logrognò* the perspective is totally different: in the *Discorso di Logrognò* Guicciardini was seeking to persuade the Florentines to reshape their public life to make it resemble more a republic and less a mob-rule; now, he deals with the problem of how to make the city a more secure possession of the Medici, and strengthen the evolution of the republic into a private dominion”.

⁴² Ibid., p.188. “Here the art of the state is invoked as a corrective to the inclination of civil philosophy to assume a one-sided moralistic thrust that would turn into a complete failure”.

⁴³ Ibid., p.194. “Guicciardini was not glorifying the art of the state. We was simply pointing to its inescapability”.

⁴⁴ Ibid., p.189. “The contrast between civil philosophy and the art of the state occupies most of the second part of the *Dialogue*”.

⁴⁵ Ibid., p.191. “The ideal of politics as the art of the city could not have been formulated more clearly. Equally clear is the position of Bernardo, who advocates the necessity, and even the priority, of the art of the state”.

⁴⁶ Ibid., p.193. “The civil philosopher must learn the art of the state if he wants the republic to be something

uma vez que ressaltam a crítica do escritor florentino ao modelo humanista de pensar a política, de matriz ciceroniana.⁴⁷

Penso que o ponto falho desta reflexão está na consideração de Guicciardini como um autor de transição: a menção à “razão de estado”, destacada por Meinecke, Viroli e Stoeil, entre outros, não possui grande relevância no corpo de sua obra, pois que aparece apenas uma vez, nas últimas páginas do *Dialogo*. Ao atribuir ao discurso político de Guicciardini o aspecto de transição entre duas formas distintas de pensar a política – passagem esta evidenciada pela presença dos dois modelos nas reflexões do autor –, Viroli não resolve a questão a que se propõe, a saber, a de como estas duas formas de pensar a política conviviam nos textos e reflexões de Guicciardini.

A oposição entre arte do estado e arte do bom governo não corresponde de fato ao discurso político de Guicciardini. Ainda que haja momentos de tensão, o autor busca, em suas diversas obras, chegar a juízos concretos sobre o bom governo, valendo-se dos meios que a arte do estado lhe oferecia. *Uma das especificidades de seu discurso político está justamente na forma como articula os valores republicanos herdados da tradição com as particularidades oferecidas pelos diversos momentos históricos.*

No *Discorso di Logrogno*, Guicciardini opera uma mudança substancial em relação à *Storie Fiorentine*: se nesta obra a reforma da cidade é pensada a partir de um passado ideal, no texto de 1512 o autor defende a reforma do *reggimento* a partir de uma análise racional, nutrida de experiência e prudência,⁴⁸ a qual Moulakis denomina “razão instrumental”, no sentido de servir a uma boa adequação dos meios empregados aos fins propostos.⁴⁹ Esta análise visaria à realização de uma República nos moldes clássicos, e para conseguir este objetivo,

⁴⁷ Ibid., p.193. “The works of Cicero and the other humanists depict politics as a morally rewarding activity, but even a ruler of a republic must resort to the art of the state, which is much less pleasant for an upright man”.

⁴⁸ Cf. BARBUTO, G.M., *op. cit.*, p. 34. “Esperienza e ragione, ossia saggezza: tale è il conseguimento di un buon tirocinio svolto alla ‘bottega’ dell’arte dello stato, dal quale dovevano essere selezionati, nell’ottica guicciardiniana, i governanti”.

⁴⁹ Cf. MOULAKIS, A. *Republican Realism in Renaissance Florence*. Neste livro, o Moulakis sustenta que a razão instrumental foi uma das marcas centrais deste tipo de análise política. Concordo com esta definição – razão instrumental – por tornar claro que Guicciardini visava a certos fins; todavia, discordo do “fim” apontado por Moulakis. Para ele, “according to the instrumental reason characteristic of the second [Guicciardini], the perpetuation of the state transcends any considerations of legitimacy and all means are good if they are efficient”, p.20. Moulakis defende, portanto, que o fim máximo de Guicciardini era *mantenere lo stato*. Penso que

a cidade precisaria ser reformada de tal maneira que fossem observadas as suas particularidades e especificidades, pensadas a partir do “background” social da decadência dos valores e costumes – a corrupção.⁵⁰ No caso do *Discorso di Logrogno*, Guicciardini se propõe a pensar uma reforma que se mostrasse capaz de estabelecer uma “forma de governo que fosse ao mesmo tempo eficaz e legítima, i.e., capaz de conduzir um curso prudente e de responder rapidamente às emergências, agindo plausivelmente em nome de toda a comunidade política”.⁵¹ Já no discurso *Del modo di assicurare lo stato alla casa de’ Medici*, de 1516, Guicciardini articula de forma diferente a relação entre a arte do bom governo e a arte do estado. Sua questão central neste texto é exatamente a manutenção do *stato* nas mãos dos Medici, da melhor maneira possível. Mas ao invés de se levar exclusivamente por uma análise centrada na arte do estado, Guicciardini faz questão de frisar certos princípios do bom governo, para evitar justamente que a família se tornasse absoluta na cidade. Naquele contexto histórico, o governo dos Medici era o “melhor governo possível”; cabia assegurar que estes não se tornassem tiranos, e respeitassem a “sombra da liberdade”. O mesmo se dá no *Dialogo del Reggimento di Firenze*, em que o autor contrapõe as posições da arte do estado e da arte do bom governo em forma dialógica, visando justamente ao equilíbrio entre ambas.

Abandonando uma idéia absoluta de bom governo, Guicciardini parece recuperar um ponto importante da filosofia prática aristotélica, a saber, a idéia de um “melhor governo possível”. Para tanto, precisava criticar os alicerces da filosofia política humanista, uma vez que esta não oferecia em suas análises os meios adequados para a realização *na prática* dos princípios gerais bom governo, herdados da tradição e jamais questionados pelo escritor florentino: a justiça, a concórdia, a harmonia civil, a liberdade republicana e o governo virtuoso. Guicciardini procura pensar, a partir do *Discorso di Logrogno*, os meios adequados à realização, em um contexto histórico de decadência, destes princípios do bom governo. Ao criticar veementemente os que “pregam tão eficazmente a

a segurança e a manutenção do estado eram, em Guicciardini, uma finalidade secundária, subordinada ao bom governo. Esta questão será discutida detalhadamente no capítulo 7.

⁵⁰ No próximo capítulo, discutirei as implicações da idéia de corrupção no discurso político de Guicciardini.

⁵¹ MOULAKIS, A. “Civic humanism, realist constitutionalism, and Francesco Guicciardini’s *Discorso di Logrogno*”. *Op.cit.*, p.212. “The aim is to bring about a form of government that was

liberdade”, Guicciardini pretendia demonstrar exatamente as falhas do pensamento político humanista, incapaz de indicar os meios adequados para reformar a cidade:

“Não acreditem nos que pregam tão eficazmente a liberdade, porque quase todos, aliás, todos têm em mira os interesses particulares: e a experiência muitas vezes mostra, e é muito certo, que se pensassem em encontrar num Estado autoritário melhores condições, para lá correriam com toda a pressa” (*Ricordi*, #66).

Seria esta passagem uma alusão aos serviços prestados pelos grandes humanistas do século XV ao domínio dos Medici, por trás de uma retórica da liberdade e do “governo largo”? No *Dialogo*, Guicciardini tece afirmação semelhante:

“Eu considerei muitas vezes que o nome da liberdade é muitas vezes usado antes como pretexto e desculpa de quem quer ocultar a sua cupidez e ambição do que propriamente pelo desejo natural que os homens teriam dela; falo da liberdade que se considera no governo de uma cidade, não daquela que concerne ao estado das pessoas [*stato delle persone*], ou seja, que um homem seja livre ou escravo” (*Dialogo del Reggimento di Firenze*, I, p.65).⁵²

Em suas reflexões, Guicciardini não pretendia fazer da liberdade apenas um nome; nem tentaria esconder que os homens movem-se quase sempre com vistas aos seus interesses particulares. Olhando para as particularidades históricas e observando certos princípios imutáveis da natureza humana – por exemplo, a idéia de que os homens se movem por seus interesses pessoais –, Guicciardini criou um tipo de discurso político que se diferenciava daquele de seus antecessores.⁵³ Como

both effective and legitimate, i.e., capable of steering a prudent course and of responding swiftly to emergencies, while plausibly acting in the name of the whole political community”.

⁵² “Io ho considerato spesso che questo nome della liberta è molte volte preso più presto per colore e per scusa da chi vuole eccultare le sue cupidità e ambizione, che in fatto si truovi così naturale negli uomini questo desiderio; parlo di quella libertà considera nel governo di una città, non di quella che concerne lo stato delle persone, cioè che uno uomo sai libero o sia stivo”.

⁵³ Cf. BROWN, A. “De-masking Renaissance Republicanism”, In: HANKINS, J., *Renaissance Civic Humanism*, p.180. “In fact, it is the very men I begin by citing, Rinuccini and Guicciardini, who go on to undermine it, by warning us that ‘those exotic signs and words clash with the facts’, for liberty is no more than a ‘name’ whose ‘appearances and image’ are used as a pretext to deceive people and to ‘dazzle’ them. Are their dialogues simply rhetorical exercises in putting the

demonstra Alison Brown, a liberdade, para os florentinos, era uma representação, e Guicciardini pretendia, com seu novo olhar para política, ir além da retórica; sua análise “efetiva” e acurada o permitia dizer que, no geral, a liberdade não passava de um pretexto na boca e na pena de muitos:⁵⁴ “são pouquíssimos os que amam tanto a liberdade que, se tivessem a oportunidade de se tornarem senhores ou superiores a todos os outros, não o fariam voluntariamente”.⁵⁵ Era preciso estabelecer com precisão as formas adequadas de se tratar a política, em sua mutabilidade e inconstância. Guicciardini rejeita a dedução do particular pelo universal; a relação entre princípios do bom governo e conjuntura histórica não poderia se pautar pela adequação a um conteúdo normativo, um corpo rígido de regras. Para que se estabeleça um governo virtuoso, deve-se observar o homem como ele é – voltado para seus próprios interesses –, e fazer uso destas observações para definir modelos práticos de ação que se voltem para o bem comum. No *Discorso di Logrognò* e no *Dialogo del reggimento di Firenze*, Guicciardini não parte do “homem ideal”, mas do “homem real”, pressionado por situações as mais diversas. O autor busca, por meio de argumentos de caráter pragmático, se valer do “egoísmo” de cada indivíduo para o bem público; assim, por exemplo, a ambição dos *grandi* é pensada como uma característica individual positiva, a qual, através de leis adequadas, pode ser revertida em prol do interesse geral: aqueles homens ambiciosos procurarão se aperfeiçoar, para que possam ser percebidos pelos outros como habilitados ao exercício dos cargos mais importantes da República.

Como veremos adiante, este apego ao “fenômeno” fez com que a crítica guicciardiniana – a partir dos ensaios fundadores de Francesco de Sanctis, Paolo Treves, Antonio Gramsci e Federico Chabod – estabelecesse um juízo praticamente unânime de que o escritor florentino seria um “teórico do particular” e da contingência, quase um empirista fora de seu tempo, avesso a generalizações, mais atento aos detalhes que às permanências. A passagem de Federico Chabod é exemplar:

truth on either side, *in ultramque partem*, or do they represent a serious attempt to alert us to change?”

⁵⁴ Ibid., p.183. “*Dimostrazioni* is also the word used by Guicciardini to warn against being deceived by the name and outward appearances of liberty, alerting us to its role-playing function in representing – or misrepresenting – the image of ‘liberty’ in Florence”.

“Precisamente o *desconfiar das generalizações*, dos vôos excessivamente ousados da imaginação e da alma, o *considerar com absorvente preocupação os detalhes* e o titubear, portanto, frente aos pensamentos vastos, que pareciam hipotecar um devir cujos pormenores ninguém poderia prever, o *retrair-se deliberadamente das construções teóricas* que sempre terminam endurecendo-se em normas estáticas de algo que nunca é estático...” (Federico Chabod. “Francesco Guicciardini”, p.199, grifos meus).⁵⁶

Nesse sentido, Guicciardini representaria um contraponto a Maquiavel, autor mais preocupado com reflexões de caráter teórico. Isto não significa, para Chabod, que Guicciardini não possuísse “pensamentos gerais sobre o homem, a política e o Estado”; estes, todavia, não formavam um conjunto teórico, mas considerações esparsas, perdidas em diversos momentos de sua obra.⁵⁷

Este tipo de juízo não leva em conta uma série de pontos importantes dos textos de Guicciardini, que tratam de questões como a “circularidade” do tempo, a natureza humana, as relações entre prática e teoria, a natureza dos estados e o problema da corrupção. Como veremos no próximo capítulo, o discurso político de Guicciardini se assenta na suposição de dois níveis analíticos – as diversidades substanciais e os acidentes –, o que torna a relação entre particular e universal mais complexa que supostamente se atribui a ele. O fato destas considerações se encontrarem espalhadas em diversos textos não diminui sua relevância: Guicciardini jamais escreveu obras teóricas, uma vez que para ele a escrita era fundamentalmente um exercício, uma forma de se preparar adequadamente para a prática. As considerações generalizantes mobilizadas em seu discurso político eram, para ele, evidentes, e por esta razão não as expõe sistematicamente; ainda assim, pode-se reconstruir os pontos principais desses fundamentos teóricos, o que tentarei fazer no próximo capítulo.

⁵⁵ *Dialogo del Reggimento di Firenze*, p.66. “...commumente siano pochissimi chia amino tanto la libertà, che se avessione occasione di farsi signori o superiori degli altri, che non lo faceddino volentieri”.

⁵⁶ “Precisamente el *desconfiar de las generalizaciones*, de los vuelos excesivamente osados de la imaginación y del ánimo, el *considerar con absorbente preocupación los detalles* y el titubear, por tanto, frente a los pensamientos vastos, que parecieran hipotecar un porvenir cuyos pormenores nadie podía prever, el *retraerse deliberadamente de las construcciones teóricas* que siempre terminan endureciéndose en normas estáticas de algo que nunca es estático...”

⁵⁷ Cf. CHABOD, F. *op. cit.*, p.199. “Que tenía pensamientos generales sobre el hombre, sobre la política y sobre el Estado también es verdad, y sus ideas a estos respectos se presentan con claridad, no solamente en sus escritos políticos, sino también en las obras históricas”.

Assim, creio ser possível afirmar que os textos políticos de Guicciardini representam uma tentativa de articular princípios gerais e acontecimentos particulares, sem que estes se subsumam àqueles. A conexão necessária não se dá pelo recurso a um conjunto normativo de princípios aos quais o analista político deve remeter necessariamente, ao discutir a realidade política. Os princípios gerais de Guicciardini não possuem conteúdos rígidos; eles devem, exclusivamente, respeitar certos fins últimos, os quais eram evidentes e inquestionáveis para o autor: a justiça, a liberdade, a concórdia, a harmonia civil e o governo virtuoso. Destes princípios abstratos, porém, não derivam preceitos capazes de dar conta da condução de um estado. Ao contrário, a forma de conduzir os negócios políticos necessitava de uma disposição que se mostrasse capaz de perceber com precisão o que estava em jogo efetivamente em cada escolha prática: daí a distinção, fundamental como veremos, entre “diversidades substanciais” e “acidentes”: as primeiras corresponderiam a situações imutáveis, recorrentes no tempo, enquanto os *accidenti* constituiriam acontecimentos não-recorrentes, fortuitos; uma vez que “as coisas futuras são tão falazes e submetidas a tantos acidentes, que o mais das vezes mesmo os mais sábios se enganam”⁵⁸, os *accidenti* deveriam ser respeitados, pois que representavam os desígnios da deusa *Fortuna*. Entretanto, a construção de análises políticas eficientes não poderia se pautar no fortuito, mas no recorrente, cuja dinâmica do retorno garantia um alicerce seguro a partir do qual analistas e governantes pudessem erigir suas análises. A base a qual o analista e o bom governante não podem escapar são os acontecimentos efetivos, a realidade histórica; no olhar agudo para estes, olhar da *discrezione*, torna-se possível separar “diversidades substanciais” e “acidentes”, de modo que se possa estabelecer, com alguma margem de segurança, resultados políticos eficazes.

A disposição que opera esta separação é a *prudenzia*. O novo olhar de Guicciardini para a política implica uma valorização desta, bastante diferente daquela operada por Cícero e pelos humanistas cívicos: se, para estes, a prudência era uma forma de sabedoria prática necessária ao bom governante, que consistia na aplicação do princípio universal da justiça aos casos particulares, para Guicciardini a prudência indicava a habilidade em lidar com o domínio da contingência, em saber reconhecer o que efetivamente pode corresponder a um

⁵⁸ *Ricordi*, #23.

princípio geral, separando-o do acidentes. Assim, ele retoma a complexidade dos pensamentos de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino acerca da prudência, que viam nesta a disposição capaz de lidar com a contingência a partir de juízos práticos, estabelecidos de acordo com as circunstâncias enfrentadas.

Estes juízos práticos, todavia, agiriam de acordo com princípios últimos, bens humanos inquestionáveis; no caso de Guicciardini, estes bens eram os fundamentos do bom governo. A partir destas bases – que como veremos estavam calcadas em princípios temporais e cosmológicos que lhes atribuíam coerência –, Guicciardini erigirá seu método de análise política, calcado na prudência e no olhar agudo para a realidade. Um método no qual não teve professores, o qual aprendeu com sua experiência e com a tradição, um método baseado na *discrezione* acerca das coisas do mundo, um olhar penetrante, capaz de distinguir o fortuito do substancial, diminuindo assim os efeitos da *Fortuna* – “que nas coisas humanas tem grande poder”⁵⁹ –, a qual todos estão sujeitos, mesmo os prudentes.⁶⁰ Não se trata de mudar os desígnios da deusa, nem ao menos de tentar domá-la, como defendia Maquiavel: Guicciardini sabe que aqueles que tentam ludibriá-la acabam enganados por suas artimanhas.⁶¹ Sua forma de olhar a política visa a uma definição relativamente segura do que pode vir a ser, dos rumos e decisões que príncipes e governantes provavelmente tomarão. Em meio aos *accidenti*, acontecimentos fortuitos dominados pela *Fortuna*, o analista sagaz pode perceber recorrências, vícios e formas universais de ação humana: com “occhio che penetri dentro”,⁶² pode-se chegar com segurança a “efeitos que não sejam diversos da razão”,⁶³ com *prudenzia*, torna-se possível caminhar com alguma segurança nas trevas que são a política, ainda que os movimentos da *Fortuna* não sejam passíveis de controle ou previsão.⁶⁴

⁵⁹ *Ricordi*, #30.

⁶⁰ *Consolatoria*, p.102. “Non ti ricordi tu di essere nato uomo, sottoposto alle cose del mondo, a’ morsi della fortuna come gli altri uomini?”

⁶¹ Um exemplo de artimanha da deusa se dava no caso de conspirações contra o governo do Estado: “E por isso vejam quão perigosas são as conjurações, já que as coisas que trazem segurança nos outros casos, nestes trazem perigo: acredito que assim seja também porque a fortuna, que naquelas tem grande força, indigna-se contra quem faz tanta questão de subtraí-las ao seu poder”. *Ricordi*, #20.

⁶² *Consolatoria*, p.115.

⁶³ *Ibid.*, p. 107.

⁶⁴ Em carta a Maquiavel, de 7 de agosto de 1525, Guicciardini afirma que os homens agem na escuridão, e que escrever é uma forma de trazer luz para a vida.

Se bem que constitua uma ruptura consciente em relação às tradições clássica, escolástica e humanista, esta forma de analisar a política apresenta seus débitos em relação a estes legados, por operar com léxicos bastante similares. Os *topoi* centrais que se fazem presentes nos autores antigos e do “humanismo cívico” possuem lugar de destaque em Guicciardini; o uso específico destes vocabulários, contudo, admite a emergência de uma nova linguagem política, calcada no modo singular de lidar com a prudência. Virtude cardeal, ela constituía, para uma série de autores, a capacidade de unir sabedoria prática, inteligência e sagacidade, visando à transformação de pensamento em ação.⁶⁵ Faculdade intelectual de orientação moral – tal qual pensada por Aristóteles, Cícero, Santo Tomás de Aquino, Petrarca, Dante, Coluccio Salutati, Matteo Palmieri, entre outros –, a prudência propiciava o discernimento acerca das coisas úteis e louváveis, boas e honestas.⁶⁶ Com vistas à formulação de seu método de análise da política, Guicciardini re-interpretará este *topos*, e para tanto mobilizará diversas heranças de maneira eclética e original.

*A novidade de seu procedimento está na percepção de que a prudenzia – exatamente por não possuir um conteúdo rígido e ainda assim estar orientada moralmente – poderia ser utilizada como procedimento analítico, simultaneamente capaz de (a) dar conta das particularidades dos negócios humanos, e (b) orientar a ação particular segundo os princípios gerais do “bom governo”. Prudentes seriam os governantes e analistas capazes de antecipar, por meio do recurso à experiência e ao arsenal erudito de conhecimento das histórias “antigas” e “modernas”, os possíveis efeitos das ações humanas, tornando possível o alcance de “curas” parciais para a corrupção dos costumes e das formas políticas. Assim, de um *topos* antiqüíssimo, emerge um procedimento rígido de análise, capaz de orientar as ações presentes com vistas ao alcance de resultados eficientes. Nesse sentido, o método de Guicciardini pode ser descrito como o antagonista da “ciência política” que Hobbes elaborará cem anos depois, já que, para o autor inglês, o estudo das ações particulares e da experiência humana não*

⁶⁵ Cf. ASCOLI, A.R., “Machiavelli’s gift of counsels”. In: ASCOLI, A.R., e KAHN, V. *Machiavelli and the discourse of literature*, p. 234.

⁶⁶ Cf. SANTORO, M. *Fortuna, ragione e prudenza nella civiltà letteraria del cinquecento*, pp. 48-53.

garantiria um conhecimento universal: somente a razão abstrata poderia fundar, para o filósofo inglês, uma ciência civil.⁶⁷

Cada um de seus textos se volta para a apreciação de situações concretas, o que dá um caráter maleável às suas elaborações, pois que dependem do *exame das circunstâncias às quais cada reflexão se destina: trata-se do “melhor governo possível” para certa conjuntura, que se aproxime de alguma forma dos princípios do bom governo herdados da tradição*. É dado um amplo relevo ao papel do analista, conselheiro de príncipes e repúblicas, cuja principal virtude consiste na observação aguda da realidade, a fim de que se possa aplicar “remédios” eficazes para os “malefícios” que afligem aos ordenamentos políticos. O “recurso à evidência histórica como comprovação da necessidade de ultrapassar as exigências éticas da virtude tradicional”,⁶⁸ caro a Maquiavel, é partilhado por Guicciardini. Existe, porém, uma diferença de perspectiva: no *Príncipe*, os fins almejados visam exclusivamente à manutenção do estado, enquanto que, para o autor dos *Ricordi*, o ordenamento de um “melhor governo possível” de acordo com os princípios do bom governo se faz horizonte constante. *A ruptura total com a tradição humanista, operada por Maquiavel, é seguida apenas parcialmente por Guicciardini*: os princípios gerais aos quais se apega são os mesmos defendidos desde o século XII – a justiça, concórdia, harmonia civil e a virtude dos governantes. Em nenhum momento, Guicciardini desafiará a moral convencional, calcada na adequação do governante aos valores cristãos, às virtudes cardeais, e às virtudes principescas – honestidade, magnanimidade e liberalidade.⁶⁹ Se, para Maquiavel, bastava ao príncipe parecer bom, para Guicciardini a aparência não poderia sustentar o governante: era necessário que este fosse bom de fato, desviando-se do “retto agire” somente quando necessário: “Façam tudo para parecer bons, pois serve para infinitas coisas: mas, já que as opiniões falsas não duram, dificilmente conseguirão parecer bons por longo tempo se não o forem realmente”.⁷⁰ Se, “opondo-se à tradição das antigas virtudes necessárias ao bom príncipe, Maquiavel nega a identificação entre a verdade e o dever ser da moralidade convencional, exigindo a conformação da verdade à

⁶⁷ Cf. SKINNER, Q. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*, p. 17.

⁶⁸ JASMIN, M., *Racionalidade e História na Teoria Política*, p.19.

⁶⁹ Nesse sentido, afirma Newton Bignotto: “A vinculação de Guicciardini à tradição era tamanha, que o conduzia a pensar todas as questões da política dentro da própria tradição”. Cf. BIGNOTTO, N. “Nota metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel”. In: *Discurso*, 29, p. 125.

empíria, ao ‘efeito das coisas’”,⁷¹ para Guicciardini a moralidade convencional é o ponto de partida: a crítica central que dirige aos humanistas está na subsunção que estes operam da análise política a uma deontologia rígida, que se mostra incapaz de dar conta das singularidades das “coisas do mundo”. As análises políticas dos humanistas não poderiam passar na “prova do conhecimento da história”.⁷² Mesmo suas considerações sobre a natureza violenta dos estados, que serão discutidas adiante, devem ser consideradas no horizonte do bom governo: onde houver “liberdade bem ordenada”, os meios violentos se mostrarão inadequados; estes se destinam aos povos bárbaros e servis.

Guicciardini erigirá, em seus escritos, tentativas de pensar o bom governo a partir das particularidades dos momentos históricos a que estas reflexões se dirigiam. No capítulo 8, discutirei três modelos de “melhor governo possível”, a partir dos seguintes textos: o *Discorso di Logrogno* (1512), os discursos sobre os Medici – *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de’ Medici nel 1512* (1513) e *Del modo di assicurare lo stato alla casa dei Medici* (1516) –, além do *Dialogo del reggimento di Firenze* (1521-6), este último o texto político mais importante de Guicciardini. Estes “bons governos de Guicciardini” possuem características próprias, mas nos três modelos podemos perceber a arte do estado a serviço da arte da república. Assim, valendo-se da *prudenzia*, o autor articula – com *discrezione*, sabedoria prática, conhecimento das “histórias antigas e modernas” e *ragione* – análises que visem à enunciação de modelos eficientes de ação e reforma do *reggimento*. Antes, porém, devemos analisar as bases e fundamentos deste procedimento analítico, assim como suas principais características e peculiaridades.

⁷⁰ *Ricordi*, #44.

⁷¹ JASMIN, M. *op. cit.*, p. 22.

⁷² *Ibid.*, p. 20.